



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO TC-1325/12

ATO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL. PENSÃO.
Preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos, concede-se registro ao ato de pensão por entendê-lo legal.

ACÓRDÃO AC1-TC - 931 /2012

01. Origem: Instituto de Previdência e Assistência do Município de João Pessoa
02. Nome da Beneficiária: **Rosa Marisa Melo de Oliveira** **Pensão Vitalícia**
03. Servidor falecido:
3.1. Nome: Ronaldo Farias de Oliveira
3.2. Cargo: Auxiliar de Tesouraria
3.3. Matrícula: 00.583-5
04. Caracterização da Pensão:
4.1. Autoridade responsável: Superintendente do IPAM
4.2. Data da Publicação: Semanário Oficial de 23 a 29/10/11
05. Relatório da DIAPG: Reconheceu a legalidade do ato e considerou correto o cálculo elaborado pelo órgão de origem, merecendo o ato à fl. 25, receber o competente registro neste TCE.
06. Parecer do Ministério Público junto ao Tribunal (MPjTC): Oralmente, na presente sessão, opinou pela legalidade do ato concessório da pensão, e por conceder-lhe o competente registro.
07. Voto do Relator: Pela regularidade do cálculo efetuado pelo órgão de origem, legalidade do ato concessório da pensão em tela, de fl. 25, e emissão do respectivo registro.

ACORDAM, à unanimidade, os membros da 1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA, na sessão realizada nesta data, em reconhecer a regularidade do cálculo e legalidade do ato da pensão ora em análise, à fl. 25, concedendo-lhe o competente registro.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.
Mini-Plenário Conselheiro Adailton Coelho Costa

João Pessoa, 29 de março de 2012.

Conselheiro Arthur Paredes Cunha Lima
Presidente

Conselheiro Fábio Túlio Filgueiras Nogueira
Relator

Fui presente,

Representante do Ministério Público junto ao TCE